

Inflação em rota de desaceleração, juros perto do pico e Bolsa de Valores em alta: o que esperar de 2026

Cenário para o próximo ano projeta uma inflação menos intensa e mais atenção às políticas públicas

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O Brasil chega a 2026 em um ponto de inflexão da política monetária. Após dois anos de juros elevados e inflação resistente em serviços, a economia dá sinais claros de desaquecimento, enquanto o câmbio se estabiliza e o cenário externo mostra menos riscos do que se previa. O conjunto abre espaço para o início de um ciclo de cortes da Selic, embora o ritmo de flexibilização ainda dependa do comportamento do mercado de trabalho e do dólar.

Para Cláudio Hamilton Matos

dos Santos, coordenador de Acompanhamento e Estudos da Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimea) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Banco Central permanece cauteloso, mas o cenário de 2026 é mais favorável do que o de meses atrás. "Tudo indica que a Selic será mantida agora e também em janeiro. A data de início do ciclo de cortes dependerá muito da dinâmica da taxa de câmbio e do mercado de trabalho", afirma.

Ele projeta que uma leve alta da desocupação, combinada à continuidade da valorização do real, tende a aliviar pressões inflacionárias. "Neste cenário, as expectativas inflacionárias continuam caindo e o Banco Central poderia iniciar um ciclo de baixa no primeiro trimestre", continua.

Segundo Santos, os canais

Ano será desafiador e difícil para impulsionar a economia nacional

Para 2026, a equação mistura juros ainda elevados, desaceleração econômica e desafios climáticos. A alimentação acumulou alta de 57% desde 2020, frente a 38% do IPCA - um desvio que explica parte da perda de renda das famílias. Eventos extremos continuam interferindo em safras e energia.

"Sem chuvas adequadas, reservatórios caem e as bandeiras tarifárias sobem rápido. Energia acumulou 15% em 12 meses. É uma pressão a monitorar", diz Braz. O economista avalia que a política monetária teve impacto limitado sobre serviços e que, para a inflação convergir, é necessário alinhamento entre política fiscal e monetária. "Quando o governo gasta muito, mesmo que legitimamente, estimula demanda e dificulta o trabalho da política monetária."

O mercado financeiro acompanha essa convergência com atenção. A Bolsa, que rompeu os 164 mil pontos no fim de 2025, pode se aproximar dos 200 mil ao longo de 2026, apoiada pela perspectiva de cortes da Selic - um movimento que tende a beneficiar

empresas de tecnologia e setores mais sensíveis ao crédito. Analistas veem espaço até para um patamar mais ousado, caso haja compromisso claro com ajuste das contas públicas após as eleições. Sem isso, afirmam, o rali pode perder fôlego.

Na avaliação da economista-chefe da 4intelligence, Thais Zara, o recorte central do próximo ano será a convivência entre uma economia ainda fraca e sinais de alívio gradual. "Vemos espaço para reduções da Selic, provavelmente a partir de março, levando a taxa para algo em torno de 12,5% no fim de 2026", afirma.

O impulso virá da liberação de renda via isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, de gastos típicos de ano eleitoral e da remodelação do crédito habitacional, que pode liberar R\$ 50 bilhões. O investimento produtivo, porém, deve reagir apenas em 2027. "O ambiente eleitoral é naturalmente mais incerto e o ciclo de queda ocorre ao longo do ano. O efeito pleno virá depois."

O mercado de trabalho segue



Banco Central permanece cauteloso, mas cenário para o próximo ano é mais favorável do que o de meses atrás

cambial e de crédito já mostram efeitos nítidos do aperto monetário. A economia esfria, e a taxa de juros real segue elevada - um componente que seguirá limitando o investimento mesmo após os primeiros cortes.

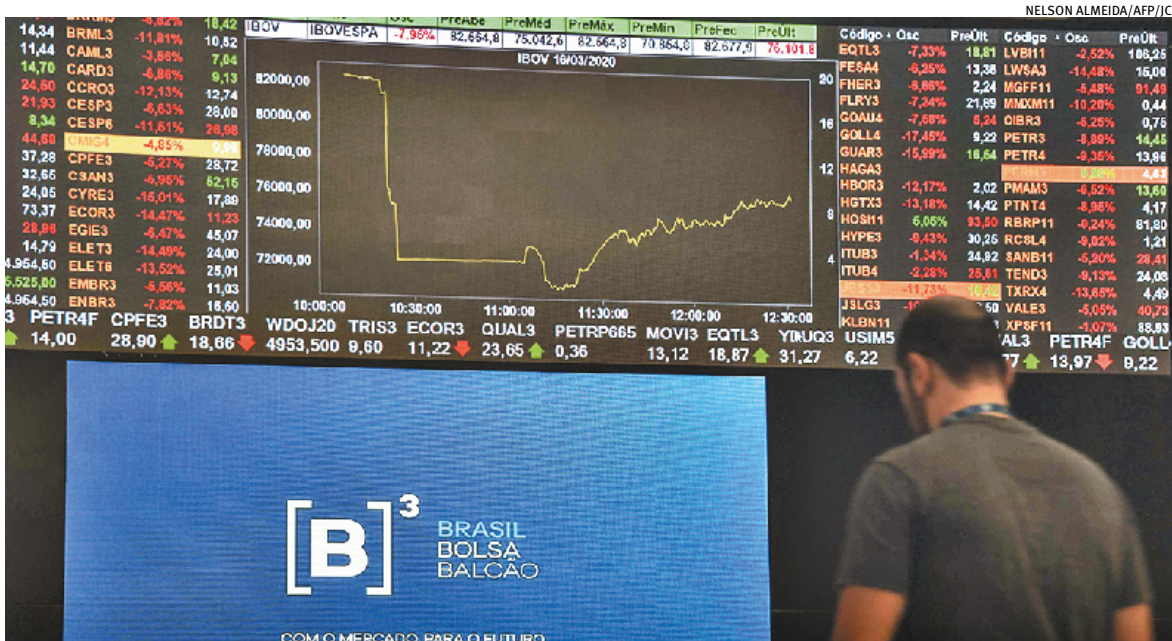
O Ipea projeta crescimento de 1,6% em 2026, sustentado por um ambiente externo menos hostil e exportações redirecionadas para novos mercados. O fiscal, embora pressionado, não deve produzir uma deterioração brusca em ano eleitoral. "É difícil imaginar uma piora suficiente para reverter expectativas", avalia.

Se o quadro estrutural mostra algum alívio, a fotografia de curto prazo da inflação revela nuances importantes. Para André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), unidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a desaceleração recente do IPCA foi decisiva para recolocar a inflação dentro do intervalo permitido da meta. O movimento, porém, está longe de significar conforto.

"Serviços sustentam uma inflação anualizada de 6%. É o dobro da meta e representa 30% do orçamento das famílias", explica. Ele

lembra ainda que preços monitorados, como energia e transporte, rodam perto de 5% em 12 meses, mantendo metade do índice pressionada.

O que freou a inflação em 2025 foi a guinada da alimentação no domicílio, que passou de projeção de alta de 8% para quedas sucessivas no segundo semestre. Isso levou o IPCA a 4,46% em novembro. A expectativa é de fechamento próximo a 4,1%, podendo até ficar perto de 4% caso dezembro venha abaixo de 0,2%. "O quadro só não é melhor porque serviços não desaceleraram", pontua Braz.



Analistas de mercado veem espaço para que o Ibovespa atinja um patamar ainda mais ousado em 2026

resiliente, mas tende a moderar. A taxa média de desemprego deve ficar levemente abaixo da de 2025, ainda que a criação de ocupações perca força. O fiscal, por sua vez, seguirá no centro das atenções. "O País precisa voltar a registrar superávits próximos de 1,5% do PIB, mas hoje o resultado estrutural é um déficit de 0,5%. Há um ajuste relevante a ser feito", afirma. Sem isso, o prêmio de risco nos juros permanece elevado - e o

crescimento potencial, contido.

O cenário externo deve continuar desafiador, com China e EUA desacelerando e pouco espaço para cortes adicionais pelo Federal Reserve. A expectativa de um La Niña moderado não configura, por ora, um risco agudo, mas mantém a necessidade de vigilância sobre alimentos e energia.

O retrato que se forma para 2026 é o de um ano de transição: inflação menos ruidosa, juros

perto de virar, Bolsa com potencial de alta e um mercado de trabalho ainda estável, porém já tocado pelo aperto monetário. O avanço dependerá, sobretudo, da capacidade de o País sinalizar compromisso fiscal e de sustentar convergência entre suas políticas econômica e monetária. Sem isso, afirmam os economistas, 2026 poderá até ser um ano de alívio - mas dificilmente será um ano de impulso.